

ISSN 0101 - 3335

LETRAS DE HOJE

Nº 57

SETEMBRO DE 1984

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL

Curso de Pós-Graduação em Lingüística e Letras

Centro de Estudos da Língua Portuguesa

Letras de Hoje
estudos e debates de
assuntos de lingüística,
literatura e língua
portuguesa

**ANAIIS
DO
II SEMINÁRIO BRASILEIRO DE CRÍTICA LITERÁRIA
&
I SEMINÁRIO DE CRÍTICA LITERÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL**

EXPEDIENTE

LETRAS DE HOJE

Fundada em 1967

Administração: Avenida Ipiranga, 6681

Caixa Postal 1429

90.000 Porto Alegre - RS - Brasil

Curso de Pós-Graduação em Lingüística e Letras/Centro de Estudos da Língua Portuguesa em convênio com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.

Diretor: Prof. Ir. Elvo Clemente

Vice-Diretor: Prof. José Marcelino Poersch

Revisão e correspondência:

Prof.^a Maria Rita Motta Guedes Quintella

Conselho Editorial

Para assuntos lingüísticos: Augustinus Staub, José Marcelino Poersch, Leonor Scliar Cabral, Feryal Yavas e Mehmet Yavas.

Para assuntos literários: Gilberto Mendonça Teles, Heda Maciel Caminha, José Edli de Lima Alves, Petrona Domínguez de Rodríguez Pasqués e Regina Zilberman.

Para assuntos interdisciplinares: Ignacio Antônio Neis e Urbano Zilles. A Revista aceita contribuições de sua especialidade.

Os originais enviados à Revista não serão devolvidos, mesmo que não sejam utilizados.

A Revista aceita trocas.

On demande l'échange.

We ask exchange.

Preço da assinatura

— 4 números anuais —

Brasil: Cr\$ 6.500,00

Exterior: US\$ 30

Número avulso: Cr\$ 2.000,00

Os pagamentos podem ser feitos por cheques bancários ou através de vale postal em favor da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Apresentação	p. 5
João Alexandre Barbosa — A paixão crítica	p. 7
Lucia Helena — A atuação de Alceu de Amoroso Lima e de Mário de Andrade como intelectuais e críticos literários nos anos 20-30: ponto e contraponto no modernismo	p. 17
José Fernandes — Os fundamentos filosóficos da práxis crítica de Tristão de Athayde	p. 33
Elvo Clemente — Tristão de Athayde e a literatura no Rio Grande do Sul	p. 51
Carlos Alexandre Baumgarten — Formação da crítica literária no Rio Grande do Sul	p. 65
Wilson Chagas — João Pinto da Silva: um crítico entre duas épocas	p. 73
Itálico Marcon — Atuação de Mansueto Bernardi	p. 85
Donald Schüler — O espírito de fronteira e as fronteiras da crítica	p. 93
Antonio Hohlfeldt — A crítica literária e o papel da universidade	p. 111
Ana Mariza R. Filipouski — A formação do crítico literário e o curso de letras	p. 117
Lígia Militz da Costa — A crítica literária enquanto disciplina do curso de Letras	p. 121
Petrona D. Rodríguez Pasqués — La crítica literária en Iberoamérica	p. 137
Fábio Lucas — A obra e a crítica numa cultura dependente.	p. 155

Resenhas

Tupi-guarani português, por Ir. Elvo Clemente	p. 163
Mulheres, por Homero J. Vizeu Araújo	p. 165
Morfologia do conto maravilhoso, por Ir. Elvo Clemente ..	p. 166
O cogitário, por Homero J. Vizeu Araújo	p. 167
Entrevista — Renato Modernell/Fernando Coelho	p. 169
Notícias e livros	p. 171

APRESENTAÇÃO

Durante os dias 07, 08, 09, 10 de dezembro de 1983, transcorreram, nas dependências da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, o II Seminário Brasileiro de Crítica Literária & I Seminário de Crítica Literária do Rio Grande do Sul. Esta realização foi organizada pelo Centro de Pesquisas Literárias e pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, cujo responsável, Pró-Reitor Prof. Dr. Irmão Elvo Clemente, presidiu a Comissão Organizadora. Contou com o apoio do Instituto Estadual do Livro, cujo Diretor, o escritor Luiz Antônio de Assis Brasil, incentivou de imediato a concretização daqueles eventos, uma vez que visavam a prestigiar as Letras rio-grandenses e sua crítica literária no passado e na atualidade. Foram ainda relevantes os patrocínios, respectivamente, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC), bem como a colaboração da Associação dos Profissionais Liberais Universitários do Brasil (APLUB). A estas prestimosas instituições, a Comissão Organizadora agradece, contando ter obtido resultados positivos, à altura dos órgãos que confiaram no projeto dos Seminários, e espera continuar sendo digna do seu crédito, nas futuras promoções desta natureza.

Tendo como tema geral a crítica literária brasileira e, em especial, a crítica rio-grandense, o programa dos Seminários concentrou seus trabalhos na análise da obra de Alceu Amoroso Lima, o grande intelectual que estaria comemorando seus 90 anos na ocasião e que faleceu poucos meses antes. É sobre sua produção crítica que versa o primeiro núcleo de textos que se seguem.

O segundo grupo de ensaios se dedica à análise de crítica literária do Rio Grande do Sul, acompanhando seu percurso histórico e detendo-se nos nomes dos intelectuais que a representaram. Complementam este núcleo temático os textos que questionam a formação do crítico pelo ensino superior, verificando em que medida os cursos de Letras podem dar continuidade à tradição antes

esboçada e propiciando uma reflexão, dentro da Universidade, sobre o significado e limites de sua atuação.

Concluem os Anais os estudos sobre a trajetória da crítica literária latino-americana e as possibilidades do fazer intelectual no terceiro mundo. Também neste caso o objetivo é estimular a auto-reflexão, transformando a crítica não apenas numa disciplina intelectual ou numa atividade profissional, mas na possibilidade de investigação e conhecimento de nossas condições e de nossa sociedade.

Com tais finalidades em vista organizaram-se os Seminários citados. Estes Anais, reunindo o material apresentado oralmente, buscam traduzir o alto nível intelectual atingido e almejam ver frutificar, em nosso meio, a pesquisa voltada à crítica literária, levando adiante seus resultados.

REGINA ZILBERMAN,
Organizadora

A PAIXÃO CRÍTICA*

João Alexandre Barbosa
USP

A leitura é o fundamento da crítica. Este truísmo, com toda sua simplicidade, é uma das maiores conquistas das reflexões sobre a crítica literária dos nossos dias. Mas, é claro: não se chegou a ele sem a passagem pela experiência de uma grande complexidade metodológica, nem, por outro lado, significa o fim das discussões acerca da validade das aproximações à obra literária. Esta, felizmente, por seu próprio modo de organização, escapa a qualquer truísmo e, num movimento de ricochete, põe em xeque a própria leitura. Entre a afirmação teórica e a invenção permanente da literatura, a concepção da leitura sofre as modificações impostas pela diversidade das obras literárias. Deste modo, fundada sobre um terreno permanentemente minado, a crítica tem que assumir uma multiplicidade de perspectivas correlata àqueelas modificações. Mais ainda: na medida em que a leitura passa a existir sob o signo da pluralidade, por força da diversificação dos textos, a crítica trilha necessariamente o caminho do pluralismo. Fala-se, então, de leituras possíveis de uma mesma obra e o trabalho essencial da crítica é o da integração de variáveis apreendidas pelo processo de leitura. Neste sentido, isto é, no sentido de um pluralismo, de certa forma, ingênuo, o crítico seria uma espécie de grande reconciliador, trabalhando antes no caminho da semelhança do que no da diferença. Deste modo, é possível falar nos "limites do pluralismo", como ocorreu em recente debate entre, de um lado, M.H. Abrams

* Este ensaio, parte da conferência apresentada em Porto Alegre durante o II Seminário Brasileiro de Crítica Literária e I Seminário de Crítica do Rio Grande do Sul, foi publicado originalmente em 25/12/1983 no "Folhetim" da Folha de São Paulo, que nos permitiu a reprodução do texto e a quem agradecemos. A versão integral da conferência constituirá a Introdução à Antologia da Crítica de Augusto Meyer a ser publicada pela Editora Perspectiva, de São Paulo. (A Comissão Organizadora.)

e Wayne Booth, e, de outro, os defensores da chamada "crítica deconstrutiva", fundada nas reflexões de Jacques Derrida.

Na verdade, o núcleo da discussão parece estar na distinção fundamental entre o sentido plural da obra literária e sua apreensão pluralista, quer dizer, entre o fato de que se reconhece no texto uma grande diversidade de sentidos e a impossibilidade teórica de manter-se a mesma diversidade no nível da leitura. A posição pluralista explícita esconderia uma opção de base: é ao crítico que compete a afirmação de pluralidade a partir de sua perspectiva integradora. Desta maneira, o pluralismo crítico não seria mais do que o disfarce de um recuperado impressionismo, em que o sentido plural do texto literário termina funcionando como alibi para as interpretações solipsistas. O que se acaba discutindo, portanto, é o problema da validade da interpretação. Desde o texto de E. D. Hirsch, de 1960, *Objective Interpretation*, em que se defende a possibilidade de marcar um sentido para a obra literária, até o admirável livro de Stanley Fish, *Is There a Text in this Class?* de 1980, onde se procura mostrar que o sentido é dado pelo que o autor chama de "autoridade das comunidades interpretativas", o tema da interpretação atravessa, de ponta a ponta, as reflexões críticas contemporâneas.

Não é preciso acrescentar que as divergências teóricas logo transformam-se em paixões: basta ver o modo pelo qual se reagiu, através de Raymond Picard, à leitura que fez Roland Barthes de Racine. Ou o modo pelo qual o próprio Barthes tomou a defesa de sua leitura, em *Critique et vérité*, refazendo o conceito da história literária pela desmontagem dos mecanismos quer naturalistas, quer impressionistas. Aquilo, portanto, que se afirmava como truismo no início não é sinônimo de tranqüilidade teórica. Sendo o fundamento da crítica, a leitura obriga à reflexão sobre dois temas essenciais, interpretação e análise, ambos articulados por uma questão ampla e decisiva: as relações entre Literatura e História que subjazem a toda afetividade crítica. Ou, para ser mais específico: a maneira de ler na forma literária a historicidade radical da literatura. De uma ou outra maneira, é possível dizer que este é o problema que imanta as grandes reflexões críticas a partir do naturalismo crítico do século 19 (aqui incluindo os vários matizes positivistas e evolucionistas), passando pela emergência do Simbolismo, que põe em xeque aqueles matizes, até a recuperação do sentido da história, filtrado pelas aproximações formalistas e estruturalistas. Não é,

todavia, um problema que possa ser apreendido sem a consciência da maneira pela qual a literatura foi traduzindo o seu próprio modo de integrar a história.

Por isso, é compreensível que até fins do século 19, sob a vigência dos métodos naturalistas de crítica, as relações entre Literatura e História fossem equacionadas de maneira que a dependência se transformava no núcleo da questão. É claro que, neste caso, se privilegiava a História, vendo-se a Literatura como mero epifenômeno. Na verdade, e não obstante todas aquelas obras que já apontavam para uma problematização maior das relações entre Literatura e História — e não seria difícil relacionar textos dos Romantismos Inglês e Alemão, ou mesmo franceses surgidos a partir da segunda metade do século, que fazem da História uma tradução interiorizada nos interstícios poéticos —, a tarefa maior era a de mostrar uma dependência da Literatura com relação à História. Interpretar era, deste modo, antes de mais nada, localizar na Literatura os momentos de aproximação ou recuo àquilo que se firmava como fundamento da História. De certo modo, pode-se dizer que a paixão interpretativa, isto é, fazer da Literatura um mecanismo de decifração da História, e a defesa da objetividade do naturalismo crítico limitavam o alcance das indagações acerca do modo pelo qual a História era transfigurada em Literatura na medida em que os instrumentos utilizados para uma leitura da primeira eram transferidos, sem a mediação do simbólico e do imaginário, para uma adequação da segunda. Dizendo de outro modo, buscava-se antes uma representação da História pela Literatura do que a sua tradução em Literatura.

Isto, que se pode dizer do naturalismo crítico de modo geral, recebe um substrato ainda mais vigoroso no caso brasileiro como decorrência de nossa própria formação. Na verdade, por força mesmo da necessidade de marcar uma identidade em face do colonizador, sobretudo a partir da Independência, os textos que se escrevem sobre a Literatura Brasileira buscam identificar a correlação entre Literatura e História sob o ângulo do traço da nacionalidade, em que a primeira aparece sempre como reflexo ou ilustração da segunda. Mesmo que se deixem de lado aqueles textos escritos por estrangeiros, mais notícias do que interpretação da Literatura Brasileira, excetuando-se o sistema mais completo e coerente de Ferdinand Wolf, basta ler os escritos de Gonçalves de Magalhães, Santiago Nunes Ribeiro, Gonçalves Dias, José de Alencar, João Sa-

lomé Queiroga, Macedo Soares ou Varnhagen (hoje acessíveis no volume organizado por Afrânio Coutinho, *Caminhos do pensamento crítico*) para perceber de que modo a herança romântica é marcada por esse tipo de correlação entre Literatura e História. Não seria exagero afirmar que, de certo modo, a Literatura, nestes textos, aparece como tarefa da História, sem suprimir o tom patriótico e reivindicatório, com relação à Europa, de que todos se acham contaminados. É claro que o que subjaz a esta correlação é a noção da História como narrativa de acontecimentos, aglutinando datas e dados factuais, descrição do "gênio de um povo", ainda presa aos ideais ilustrados do século 18, retemperada pela veia romântica de Mme. de Stael. Mais "filosófica", a concepção naturalista opera uma redução determinista, explicitando a concepção da Literatura como reflexo. É o que se pode ler, por exemplo, num texto admirável de Capistrano de Abreu, de 1875:

"A literatura é a expressão da sociedade e a sociedade é resultante de ações e reações: de ações da Natureza sobre o Homem, de reações do Homem sobre a Natureza. Está, pois, traçado o caminho: em primeiro lugar, tratarei das influências físicas no Brasil; em segundo lugar, da sociedade que medrou sob essas influências e da literatura que exprime essa sociedade."

Este projeto do então jovem Capistrano de Abreu será o de toda a nossa crítica naturalista, centrada, sobretudo, em torno dos nomes de Sílvio Romero, Araripe Júnior e José Veríssimo, sem esquecer, no entanto, figuras como Rocha Lima, Clóvis Beviláqua, Almáquio Diniz e outras. De uma ou outra maneira, em todos está presente o mesmo dilema: como passar da História à Literatura ou, mais especificamente, como instaurar uma linguagem crítica capaz de dar contas da correlação entre Literatura e História sem perder os elementos de tensão que vinculam criação artística e representação. No mais das vezes, a solução era optar pela dicotomia pura e simples, como acontece, por exemplo, com o próprio Capistrano de Abreu, no texto citado, ao escolher o segundo entre os "dois métodos de crítica em literatura: o método qualitativo e o método quantitativo. O primeiro considera o produto e fixa-lhe o valor apelando para uma idealidade. O segundo considera o processo, o característico, os antecedentes da realidade. Um julga; outro define. Aquele procura a beleza e a perfeição; este procura o estado psíquico e social". É o que acontece também com Sílvio Romero. Numa passagem do ensaio em que procura definir a crítica ("Da

crítica e sua exata definição"), antes de chegar à definição que propõe como a mais "exata", estabelece uma distinção vigorosa:

"... nos puros domínios da literologia, ou literonomia, ou melhor, esto-literatura, ou como lhe queiram chamar, que é aquela parte da estética que se ocupa da arte da palavra, se escreve uma história da literatura inglesa ou da alemã, ou da italiana, ou da francesa, ou da grega, faço obra de cientista, de esteta, nas apreciações gerais, doutrinárias e teóricas, e, de historiador, na parte puramente narrativa."

Fica patente: de um lado, a experiência estética das obras, de outro, o trabalho do historiador definido como puramente narrativo. É, por certo, o método de que se utilizou em sua valiosa *História da literatura brasileira*, de 1888, estabelecendo um paradigma historiográfico para a Literatura Brasileira, que é uma espécie de suma das grandes linhas que norteiam a interpretação a partir da chamada geração de 70, ou seja, da nossa crítica naturalista. Talvez nenhum crítico representou melhor e com maior intensidade aquela paixão interpretativa a que já nos referimos. Cobrindo um amplo espectro de interesses e preocupações, a crítica de Sílvio Romero respondia a um horizonte de expectativas, para usar uma terminologia husserliana retomada pelas recentes teorias da Estética da Recepção, forjado desde os primeiros escritos críticos acerca da Literatura Brasileira. Não há como negar a sua importância cultural, como não se pode questionar o modo pelo qual o seu evolucionismo spenceriano, de parceria com o determinismo de Buckle, intensificava o dilema que é de toda a sua geração, aprofundando, cada vez mais, a impossibilidade de integrar a Literatura à História não de modo apenas narrativo ou reflexológico mas estrutural. Se comparado, como aliás sempre acontece, com os dois outros grandes críticos de seu momento — Araripe Júnior e José Veríssimo — é de salientar o modo pelo qual, de forma intransigente e apaixonada, Sílvio Romero manteve-se fiel às suas posições iniciais, sem que a própria evolução das formas literárias servisse para alterar os seus pressupostos.

Enquanto Araripe Júnior termina por questionar os dogmas positivistas hauridos em Taine, abrindo o flanco para um certo psicologismo que leva a sua atividade crítica para mais próximo das próprias criações simbolistas que, por então, começam a se afirmar (basta ler *Literatura brasileira — Movimento de 1893 — O crepúsculo dos povos*, sem cuidar, no entanto, de estabelecer as diferen-

cas que estas mesmas modificações traziam para as relações entre Literatura e História, José Veríssimo encarna, de maneira bastante intensa, o impasse fundamental de toda a crítica naturalista no que diz respeito àquelas relações. Na verdade, dividido entre o naturalismo crítico e as novas contribuições do impressionismo, cuja tentativa de conciliação ele conheceu através da leitura de Lanson, toda a sua atividade, sobretudo a partir da República, aponta para a duplicidade fundamental entre a Literatura e a História, sem que lhe tivesse sido possível armar um esquema teórico de integração satisfatório. A sua leitura da obra literária quando é histórica não é da forma, mas de conteúdos tematizados, e quando é da forma não é histórica, mas de adequações de ordem antes gramatical ou, quando muito, retórica. A contrapartida do dilema naturalista é dada pela crítica impressionista dos fins do século 19 e inícios do 20. A prevalência agora é a da Literatura sobre a História, hipertrofiando-se a experiência individual do texto literário até chegar ao seu desaparecimento, restando, então, a personalidade do crítico como único e privilegiado suporte da interpretação. É claro que existe uma diferença entre o impressionismo de um Marcel Proust, tal como se revela no admirável texto sobre a leitura que escreveu em 1905 como prefácio à sua tradução de uma obra de Ruskin, e a crítica impressionista de Anatole France, Lemaître ou Faguet. Em Proust, e no final do texto referido, a questão surge de modo intenso e lúcido, tudo não é senão preparação e espera para que os resíduos da leitura se concretizem na trama da escrita. Para ele, a leitura é uma espécie de adiamento para o momento em que, vencendo a preguiça (que ele refere textualmente), os dados sejam lançados na perseguição da Obra, que é também o Tempo, como será revelado no último volume de *A la recherche du temps perdu*. O reencontro com o Tempo, fim da Obra, é a vitória da escrita sobre a leitura. E, de um ou de outro modo, basta ler a notável síntese de Edmund Wilson, *Axel's Castle* para assistir ao desenvolvimento deste processo no que se refere à Literatura Européia, a criação literária entre 1870 e 1920 criou as bases para a efetivação daquilo que Roland Barthes cristalizará teoricamente chamando de *écriture*, isto é, a região de sutura entre o ler e o escrever que transforma o escritor, seja por saturação (como está em Mallarmé ou Joyce), seja pelo acréscimo de desconfiança quanto à representação (como está em Valéry ou Rilke), em leitor obcecado para quem a criação é o desdobramento permanente de outros textos,

outras leituras-escrituras, infundáveis palimpsestos da cultura. Neste sentido, é preciso redefinir o que, na história da crítica literária, se tem chamado, quase sempre de forma pejorativa por força da permanência da herança positivista, de impressionismo. Na verdade, o trecho proustiano a que nos referimos é paradigmático nesta direção: ele consegue extrair do paradoxo fundamental em que se assenta, isto é, a anulação do leitor e da obra pela afirmação do tempo da leitura, os componentes de uma postura que, só aparentemente, é de passividade. O seu miolo é constituído por uma ativação do ato de escrever que termina por transformar a impressão em expressão. Por outro lado, é precisamente por não identificar este movimento de passagem que se tem perdido o sentido das relações entre Literatura e História que subjaz àquelas obras criadas a partir da crise dos positivismos com a emergência do Simbolismo.

Afirmar a não-historicidade de tais obras parece uma indicação de fidelidade ao modelo naturalista de crítica, optando-se por uma posição reflexológica e meramente mimética. A importância do fim-do-século concedida ao elemento de construção da obra nas explicitações metalingüísticas dos próprios criadores não pode ser vista como um esquecimento da historicidade. O que ocorre, na realidade, é uma procura de redefinição das relações entre forma e história por força mesmo das circunstâncias de transformação da História e sua concepção. Não seria possível pensar estas relações na consideração, por exemplo, da obra de Marcel Proust ou de Mallarmé, indicando o movimento de ruptura na série literária que, de fato, ocorre, e permanecer com uma concepção da História anterior a tudo o que significou também ruptura nas reflexões sobre os acontecimentos sociais e históricos. Deste modo, toda a cultura finissecular e dos inícios do século 20 aponta para a redefinição não só da forma literária como da própria História, obrigando a uma reconceituação de suas relações. E estas passam a ser percebidas, à diferença do que se dava com a crítica naturalista, não mais como de dependência e condicionamento, mas a partir de uma espécie de interiorização, cujo diagrama é dado mesmo pelo movimento de construção das estruturas do imaginário e do simbólico. Não mais história da mas história na, desde que as criações artísticas articulam a historicidade e não somente admitem a sua apreensão narrativa. Não é de espantar, por isso, que a crítica literária impressionista registre uma duplicidade bastante significativa: de um lado, a recusa aos vários positivismos

leva o crítico a fugir de leis e sistemas, enclausurando-se num individualismo extremado, de outro lado, o criador literário incorpora a seu texto a reflexão sobre a própria criação e, portanto, sobre a sua historicidade. Neste sentido, é que afirmamos que a crítica impressionista não é o impressionismo. Enquanto este, como em Proust, abria o caminho para uma reflexão acerca das relações interiorizadas entre Literatura e História, aquela se defrontava com uma circularidade interpretativa semelhante à experimentada no naturalismo crítico pela hipertrofia dos valores individuais. Busca-se nas obras a semelhança; no outro o mesmo. Em simétrica oposição ao naturalismo, o impressionismo crítico opta pela prevalência da Literatura, ou mesmo apenas de sua experiência, estabelecendo uma outra espécie de "circulo vicioso" e não hermenêutico. Leo Sptizer, na conferência que leu, em 1948, na Universidade de Princeton, depois reunida em volume sob o título de **Linguistics and Literary History**, apontava para o impasse e buscava na Estilística o meio de preencher o vácuo entre as duas, que era também entre o naturalismo crítico de sua formação e a crítica impressionista que então se praticava. Da mesma maneira, nos anos '20, J. Tynianov e Roman Jakobson articulam um modo de pensar teoricamente a literatura e a linguagem em que, por suas próprias especificidades, fosse possível vencer a dicotomia entre sistema e evolução, assim como T.S. Eliot, em **Tradition and the Individual Talent**, que é de 1919, busca, na literatura, a noção de simultaneidade que eliminasse uma narratividade puramente diacrônica. Na década seguinte, o estruturalismo tcheco, sobretudo através de Mukarovskey, acrescenta novos elementos para que a leitura da obra literária, agora pensada entre os pólos da autonomia e da comunicação, assuma a própria ambivalência do signo artístico e não apenas as opções naturalista e impressionista. A Semiologia será a base do Estruturalismo Francês e, em seus melhores momentos, num Barthes, num Genette, a questão das relações entre Literatura e História é retomada com rigor e paixão. Na crítica brasileira, sem esquecer o modo pelo qual os criadores saídos do Modernismo de 22 radicalizavam a questão, em suas próprias obras (caso de Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Manuel Bandeira, etc.), em fins dos anos '50, através de Afrânio Coutinho e Antonio Candido, o debate é retomado em termos de relação entre Estética ou Estilo e Sociologia. De qualquer modo, a questão é uma só: como ler na forma literária a histori-

cidade da literatura. É o que também aparece, agora traduzido mais em termos tropológicos do que topológicos, em textos de Haroldo de Campos, realizando, de maneira exemplar, a sutura do poeta-crítico-tradutor na esteira da melhor tradição pós-romântica. Transformando o ensaio na poesia do ensaio, como dizia Augusto Meyer acerca de João Ribeiro, e como ele mesmo praticou, a leitura, fundamento da crítica, resiste aos frios esquematismos e exige o ato de paixão. A paixão crítica.